

A natureza dos conteúdos em materiais de campanhas sobre HIV/Aids do Ministério da Saúde

The nature of content in HIV/Aids campaign materials from the Ministry of Health

Maria Carolina Locatelli

Universidade de São Paulo
maria.locatelli@usp.br

Pietro Tocchio Lucci

Universidade de São Paulo
pietro.lucci@usp.br

Rafael Vitame Kauano

Universidade de São Paulo
rakawanobio@usp.br

Resumo

Buscou-se analisar quatro campanhas divulgadas nos anos de 2018, 2019 e 2020 vinculadas à conscientização sobre ISTs, sobretudo voltadas à temática do HIV/Aids, embasando-se em concepções atreladas ao movimento CTS. A partir da análise textual discursiva de recursos presentes em tais materiais de divulgação, realizou-se a unitarização dos textos em três dimensões que estão interligadas: ciência, tecnologia e sociedade. Observou-se que, recorrentemente, a sociedade é posta como submissa frente ao desenvolvimento tecnocientífico, de modo a apresentar um caráter receptivo, à exceção da campanha “Indetectável” de 2018, que busca dar ao aspecto social um papel participativo e colaborativo com as duas outras dimensões. Comparando esta campanha àquelas publicadas nos anos posteriores, nota-se uma clara alteração de abordagem, visto que as mais recentes possuem uma natureza punitivista e amedrontadora, fato que pode ser um reflexo do conservadorismo característico do atual governo federal brasileiro.

Palavras-chave: HIV, Aids, Ministério da Saúde, CTS.

Abstract

We aimed to analyze four campaigns published in 2018, 2019 and 2020 that are linked to the awareness of STIs, mainly focused on HIV / AIDS. We were based on conceptions related to STS movement. From the discursive textual analysis of resources presented in such materials, the texts were unified in three interconnected dimensions: science, technology and society. It was observed that, on a recurring basis, society is seen as submissive to technoscientific development, in order to present a receptive feature, with the exception of the “Indetectável” campaign of 2018, which seeks to give the social aspect a participatory and collaborative role with the two other dimensions. Comparing it to those published in later years, there is a clear change in approach, since the most recent ones have a punitive and frightening nature, a fact

that may be a reflection of the conservatism that characterizes the current Brazilian federal government.

Key words: HIV, Aids, Ministry of Health, STS

Introdução

A AIDS, descoberta nos anos 80 foi inicialmente descrita como uma doença aguda. Ao longo do tempo, devido a avanços científicos e tecnológicos, como o desenvolvimento de antirretrovirais - mediados por demanda social - a doença mudou seu status para o de “infecção crônica” visto que, atualmente, as pessoas portadoras do vírus HIV que estão em tratamento, não chegam mais ao último estágio da infecção. Entretanto, apesar dessa mudança do ponto de vista clínico, no senso comum o HIV ainda está relacionado fortemente a um estado de morte certa e iminente (BORGES, 2018).

O vírus começou atingindo principalmente homens homossexuais, trabalhadores/as do sexo, pessoas transsexuais e usuários de drogas injetáveis, definindo-se estes como os “grupos de risco”. Mais tarde, quando a AIDS começou a se espalhar por outros grupos, o padrão epidemiológico da doença foi associado aos “comportamentos de risco”. Denominação carregada do estigma da culpabilização individual associando o risco de contaminação à “promiscuidade” (BORGES, 2018).

O primeiro caso de Aids registrado no Brasil foi em 1982, quando o vírus começou a atingir homens homossexuais de classe média/alta que costumavam viajar para o exterior. O governo brasileiro demorou a implementar medidas voltadas ao combate da epidemia justificando que as pessoas doentes possuíam condições financeiras de arcar com seu próprio tratamento, que os custos de pesquisas eram altos e que existiam questões epidemiológicas mais emergenciais na época. Além disso, o Brasil estava no momento de transição entre a ditadura militar e a redemocratização, fato este que marca o tensionamento entre ideias progressistas e conservadoras. Dessa forma o vírus se expandiu nos grupos mais vulneráveis, tornando-se um problema de saúde pública. (SOUZA; LEITE, 2008).

De 1980 até junho de 2020, foram registrados 1.011.617 casos de Aids. De 2007 a junho de 2020, 342.459 pessoas contraíram HIV, sendo que em 2019 foram registrados 41.949. A maior parte dos casos se dá na população de 20 a 34 anos (52,7%). Com relação à gênero, ainda existem mais casos entre homens, sendo que 51,6% das infecções se dão através de relações homossexuais. Já entre as mulheres, 86,6% das infecções ocorrem em relações heterossexuais (BRASIL, 2020).

Visto a complexidade e relevância sociocientífica da temática, buscamos nos entendimentos da educação científica com enfoque CTS bases teóricas para a interpretação das campanhas institucionais brasileiras referentes a HIV e AIDS. Antes de prosseguir, destacamos que neste trabalho consideramos as campanhas como um conjunto de materiais comunicativos disponibilizados pelo ministério e secretarias de saúde com intencionalidade informacional e educativa.

Auler e Delizoicov (2001) discutem que desenvolvimento científico-tecnológico não pode ser entendido como um movimento neutro e desconectado de aspectos sociais, tal questão é transversal à história da AIDS. Segundo Pinheiro et al. (2009), o movimento CTS surgiu na década de 70 - alguns anos antes da descoberta do HIV - com o intuito de buscar o alcance da democratização da ciência e da tecnologia em uma época em que problemas políticos, ambientais e sociais estavam conectados a esses dois constructos. Este enfoque defende que a

sociedade seja ativa no que concerne não apenas à recepção de um produto, como também na tomada de decisões e nas discussões existentes dentro das etapas intermediárias dos processos ligados a CT. Apesar de tal movimento não ter suas origens propriamente na dimensão educacional, nota-se que distintos âmbitos e camadas vinculadas à educação, tanto formal quanto não-formal, buscam trazer seus aspectos teóricos à prática (AIKENHEAD, 1994)

Considerando que as abordagens utilizadas na comunicação das informações têm papel fundamental nas questões de prevenção, tratamento e diagnóstico do HIV e da AIDS, é importante uma análise de materiais de campanhas do HIV a fim de entender a natureza dos conteúdos científicos, tecnológicos e sociais e suas conexões. E, a partir de um olhar educativo pretendemos compreender potencialidades e limitações nas campanhas dos últimos anos.

Método

O presente trabalho é parte de um projeto de pesquisa que pretende investigar a natureza dos conteúdos e suas abordagens nas campanhas de HIV/Aids que vêm sendo veiculadas pelo Ministério da Saúde nos últimos 10 anos, através de uma perspectiva CTS e olhares voltados às questões de gênero presentes. Neste momento apresentamos análises iniciais realizadas a partir de um levantamento das últimas campanhas realizadas pelo MS, entre 2018 e 2020. Optamos por analisar os cartazes das campanhas, pois possuem ampla difusão, inclusive em redes sociais.

A partir da análise textual discursiva (GALLIAZI; MORAES, 2006) dos materiais imagéticos de campanha, fizemos a unitarização dos textos presentes e os sintetizamos em três dimensões que abarcam os conteúdos presentes: científica, tecnológica e social. Estas, emergem do nosso enfoque CTS, pelo qual primeiro definimos os sentidos implícitos de cada dimensão nas campanhas, bem como suas interconexões. (Tabela 1)

Tabela 1: Dimensões CTS

Dimensão	Sentido	Exemplo
Científica	Aspectos biológicos, médicos e epidemiológicos.	“As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos. São transmitidas principalmente por meio do contato sexual, seja ele oral, vaginal ou anal”
Tecnológica	Tecnologias empregadas para tratamento e aspectos de acesso e utilização.	“PREP para quem não sabe, é o uso antecipado de medicamentos antirretrovirais antes da exposição sexual ao vírus, para evitar uma infecção pelo HIV. Mas, para ficar seguro de verdade, use camisinha”
Social	Papéis atribuídos à sociedade dentro da questão do HIV/Aids.	“Procure uma Unidade de Saúde. HIV/aids. Se a dúvida acaba, a vida continua. Proteja-se”.

Dimensões CTS presentes nas campanhas

As campanhas realizadas nos anos de 2018, 2019 e 2020 trouxeram perspectivas e abordagens distintas no que se refere à temática. Nesse período houve uma transição de governos, sendo que a partir de 2019, as campanhas já se tornam alinhadas a (des)ajustes do governo Bolsonaro, como o fim do Departamento de IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis), Aids e Hepatites Virais cancelado pelo então ministro da saúde Henrique Mandetta.

2018

2018 contou com duas campanhas: a primeira no início do ano, direcionada à prevenção durante o Carnaval, momento festivo em que se entende que o risco de contrair ISTs aumenta devido, sobretudo, à maior exposição aos “comportamentos de risco”. Essa campanha tem como slogan “#VamosCombinar.” (Figura 1) e busca abarcar as diversas formas de prevenção, com foco, no que se denomina “prevenção combinada”.

Figura 1



Fonte: <http://www.aids.gov.br>

Observa-se que a dimensão mais preponderante na campanha é a tecnológica, já que há detalhamento nas descrições de algumas tecnologias de prevenção, como observado na referência à PrEP “*é o uso antecipado de medicamentos antirretrovirais antes da exposição sexual ao vírus, para evitar uma infecção pelo HIV. Mas, para ficar seguro de verdade, use camisinha.*” (Figura 2).

Figura 2

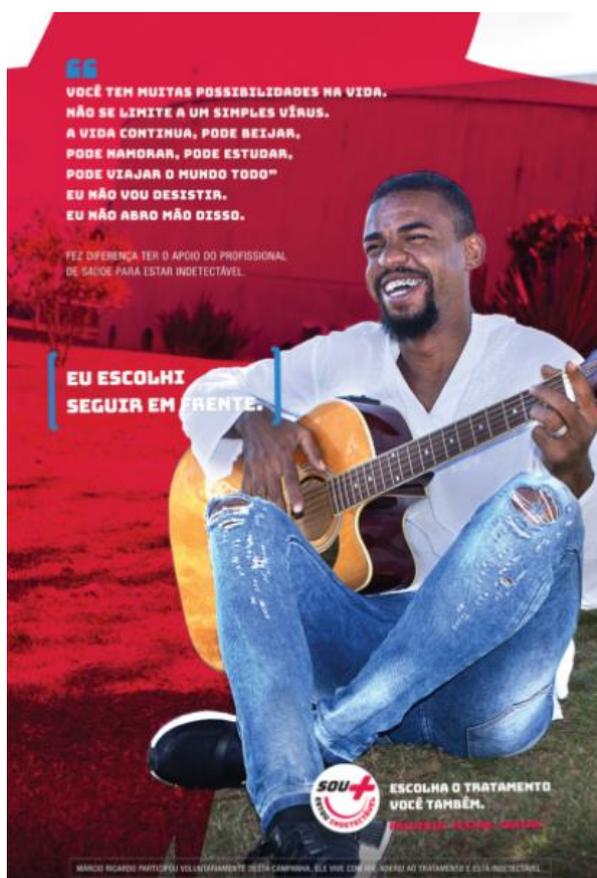


Fonte: <http://www.aids.gov.br>

Entretanto, esta dimensão não aparece de forma integrada à científica e à social, onde a última tem função receptora frente à dimensão tecnológica. Além disso, a dimensão social é reduzida à responsabilização individual, com um viés punitivista, como exemplificado quando a testagem se coloca como aliada ao uso de preservativo: “*FAÇA O TESTE. Esqueceu a camisinha? Procure uma unidade de saúde e faça o teste de HIV. E na próxima, se liga e use a camisinha. É melhor que perder a paz e o tempo fazendo o teste.*” (Figura 2)

A segunda campanha de 2018, foi no mês do Dia Mundial de Luta Contra a Aids (1º de dezembro), intitulada *Campanha Indetectável*. Ela se destaca na dimensão social pois dá voz a pessoas que vivem com HIV, opondo-se ao discurso tecnocrático. É possível observar que ela não se limita à abordagem responsabilizadora da sociedade ou do indivíduo, sendo que outros aspectos sociais, como o estigma, são postos em evidência como observados na Figura 3.

Figura 3



Fonte: <http://www.aids.gov.br>

“*Pode beijar, pode namorar, pode estudar, pode viajar o mundo todo*” rompe com preconceitos ligados à ideia de que pessoas que vivem com HIV não poderiam ter uma vida afetiva e sexual ativa.

É possível observar, também, que a dimensão tecnológica vai além da perspectiva salvacionista e unidirecional que tangencia as outras campanhas, pois esta evidencia questões sociais relacionadas ao estigma, acolhimento e bem-estar mental e social, fatores que influenciam na adesão ao tratamento:

“*A construção do estar indetectável vai muito além de tomar medicação. É a soma das coisas positivas que acontecem na nossa vida, não só de relacionamento, mas de acolhimento, de*

amizade, de família, de sexualidade, de outras coisas.” (Figura 4).

“Não assuma a marginalidade que a sociedade quer nos impor. Nós somos pessoas iguais a quaisquer outras. O tratamento está aí e a gente merece ser feliz. A quebra do estigma e preconceito ajuda as pessoas que vivem com HIV a ter boa adesão ao tratamento.” (Figura 5).

Figuras 4 e 5



Fonte: <http://www.aids.gov.br>

Além disso, através da análise do discurso não verbal, ao trazer pessoas sorrindo nos cartazes, a campanha contribui para a diminuição do estigma associado às pessoas soropositivas como pessoas doentes. E, é possível notar diversidade de cor, gênero, idade, identidade e orientação sexual representadas, fator importante na sensibilização do público ao tema.

2019

Desde 1999, é possível encontrar no site do MS campanhas de Carnaval voltadas para a temática de prevenção do HIV, entretanto no ano de 2019, não foi produzida uma campanha para tal período festivo. Isso pode ser relacionado ao desmonte das políticas públicas de combate ao HIV/Aids, que sem dúvida refletiria nas campanhas. A análise da única campanha de 2019 indica uma tendência de esvaziamento e silenciamento da temática.

A comunicação não textual se destaca negativamente nessa campanha ao trazer pessoas com um semblante sério em um cartaz escuro (Figura 6), associado ao texto “*E se?*” apelando para a culpabilização individual, e ainda à sociedade como receptora da tecnologia - “*E se? Você não usou camisinha?*” - assim como acontece na campanha de Carnaval de 2018.

Figura 6



Fonte: <http://www.aids.gov.br>

2020

Em 2020 não houve nenhuma campanha com ênfase na prevenção ao HIV. A única que cita vírus é a Campanha de Prevenção às ISTs, juntamente com a sífilis, o HPV e a herpes genital. Estas três infecções são apresentadas em cartazes explicativos com destaque à dimensão científica. O HIV, por outro lado, aparece em apenas um destes cartazes, sem aprofundamento.

Nesta campanha, é possível notar que a dimensão social aparece através de uma perspectiva tanto coletiva: “*usar camisinha é uma resposta de todos*”; quanto individual: “*use camisinha e proteja-se*”. Na concepção individual, a campanha possui um caráter vinculado à responsabilização pessoal, com um forte apelo ao medo de contrair ISTs, associando frases como “*Conheça os sinais da herpes genital e você nunca deixará de se proteger*” a imagens sensíveis que explicitam verrugas e bolhas que podem estar presentes na pele da pessoa infectada (Figura 7).

Figura 7



Fonte: <http://www.aids.gov.br>

Além disso, percebe-se que a sociedade volta a ser receptora de tecnologia, sendo apresentada de forma majoritariamente salvacionista. O aspecto social da campanha é vinculado, sobretudo, ao uso da camisinha (tecnologia), de maneira a transmitir a mensagem de que o uso de preservativos acarretaria a esQUIVA da contaminação.

O incentivo ao uso da camisinha é, sem dúvidas, muito importante, mas o caráter salvacionista exacerbado pode gerar um esvaziamento no que tange à conscientização do público quanto às ISTs. A abordagem trazida poderia, por exemplo, estar relacionada à importância do papel da educação nestas circunstâncias, mostrando ao leitor o quão essencial é que este esteja informado e/ou trazendo a diversidade de estratégias de prevenção que consideram um diálogo maior com sexualidades, hábitos sexuais e gênero. Assim, o uso de preservativos se colocaria como algo aditivo ou adjacente, e não como o protagonista da campanha.

É preocupante observar como a dimensão tecnológica é reduzida ao uso de camisinha masculina. Ao longo de pré-análises, observamos que as campanhas anteriores caminhavam em direção à consolidação da ideia de prevenção combinada, totalmente suprimida nessa campanha. A ausência de uma campanha específica ao HIV, reforça o entendimento que questões políticas e ideológicas passam a moldar as políticas de saúde pública voltadas à educação sanitária.

As campanhas e a educação CTS

Entendemos que as campanhas de saúde são importantes ferramentas educacionais de amplo alcance. Falkenberg et. al (2014 p. 848) definem a educação em saúde como um processo político pedagógico que *“requer o desenvolvimento de um pensar crítico e reflexivo, permitindo desvelar a realidade e propor ações transformadoras que levem o indivíduo à sua autonomia e emancipação como sujeito histórico e social, capaz de propor e opinar nas decisões de saúde para cuidar de si, de sua família e de sua coletividade”*.

O enfoque CTS dentro da educação científica pode ser visto como promotor de cultura e participação social em detrimento ao silenciamento referentes à questões de CT (ROSA; AULER, 2016). Quando analisamos as campanhas a partir do olhar educacional fica claro que a maior parte delas reduz a participação popular à recepção de tecnologias e conhecimentos científicos. A exceção fica para a campanha “Indetectável”, a qual consegue estabelecer uma relação mais horizontal entre C, T e S. Apesar da campanha ter maior direcionamento para pessoas soropositivas, com o foco na adesão e manutenção do tratamento, ao abordar algumas questões sociais, a mesma pode ter o potencial de sensibilizar outros grupos, como os profissionais da saúde - *“fez diferença ter o apoio do profissional de saúde para estar indetectável”*-, e grupos mais amplos: *“Ter adesão é um conjunto de fatores, então eu falo do tratamento, da família, do trabalho, da escola, ter adesão é uma questão social também”*. Dessa forma é apresentado ao público outras questões ligadas à epidemia que vão além da biologia da doença.

Auler e Delizoicov (2001) discutem os mitos da ciência e tecnologia, sendo um deles a perspectiva salvacionista da ciência e modelo de tomada de decisões tecnocráticas, presente na maior parte das campanhas, como na de 2020, que anuncia: *“Conheça os sinais de algumas ISTs e você nunca deixará de se proteger”*, tal frase reduz as ocorrências de ISTs à falta de conhecimento científico do público, e ignora as questões sociais que podem estar relacionadas ao não uso de preservativos, como questões de gênero relacionadas à dificuldade da mulher na negociação com os parceiros em relacionamentos heterossexuais (SANTOS et al. 2002).

Nesse sentido, podemos também estabelecer relações entre o determinismo científico - tecnológico com a perspectiva salvacionista de CT. “Use camisinha”, é a orientação mais presente ao longo dos anos, e torna-se a única em 2020. Apesar de sua alta eficácia, o preservativo pode não ser totalmente eficaz em algumas situações, ou pode não ser o método mais adequado para algumas pessoas. Dessa forma, é preocupante que outros métodos de prevenção estejam sendo suprimidos das campanhas. Na campanha de carnaval de 2018, a camisinha ainda é entendida como suficiente na prevenção - “*Esqueceu a camisinha? Procure uma unidade de saúde e faça o teste de HIV. E na próxima, se liga e use a camisinha. É melhor que perder a paz e o tempo fazendo o teste*” - sendo que orienta o público que só é necessário a realização do teste caso não tenha sido usado o preservativo, e ainda gera uma conotação negativa à testagem ao invés de incentivá-la. Portanto, é perceptível que há uma predominância, de aspectos médicos e biológicos e que quase sempre aparecem conectados a uma mensagem de uso de tecnologias de prevenção, majoritariamente o preservativo masculino, sendo que este, por ser entendido como o método mais simples de prevenção é apresentado como o único.

Conclusão

Nossas análises, até o momento, mostram que a dimensão social está conectada à tecnológica e à científica de forma hierarquizada, onde existe uma relação de dependência e submissão da sociedade frente ao desenvolvimento tecnocientífico. Isso é evidenciado em recursos de linguagem cuja tônica apresenta caráter impositivo (“*Faça o teste*”; “*Procure uma unidade de saúde*”; “*Informe-se*”). Tal abordagem da sociedade mostra-se como uma tendência de longa data presente inclusive em campanhas mais antigas, que farão parte de uma análise mais ampla e que estão em pré-análise. Entretanto, na campanha “Indetectável” observa-se a presença de uma abordagem mais próxima do que seria o ideal em uma campanha de saúde, com textos que integram a dimensão social de forma participativa e insubmissa à tecnologia e à sociedade.

Nosso objetivo com o desenvolvimento deste projeto é trazer reflexões sobre a composição das campanhas a partir do olhar para as relações e contribuições da educação CTS; pensando na sociedade como diversa, na representação de mulheres cis e trans, na desmistificação (e desmoralização) das relações entre sexualidades, gênero, cultura, saúde, ciência e tecnologia. Entretanto, também é preciso denunciar a tendência de silenciamento que se observa a partir da campanha de 2019 com a retirada da ação de carnaval, e em 2020 com a ausência de campanhas com foco em HIV. Nota-se, assim, que o Brasil vem apresentando um retrocesso, reflexo do conservadorismo do atual governo, em consonância com uma falta de planejamento no que concerne à saúde pública a longo prazo, já que tais campanhas são importantes ferramentas informativas e educacionais que vêm contribuindo ao longo dos anos no controle da epidemia através da consolidação de práticas de prevenção na sociedade.

Referências

AIKENHEAD, Glen. What is STS science teaching. In: **STS education: International perspectives on reform**, p. 47-59, 1994.

AULER, Décio; DELIZOICOV, Demétrio. Alfabetização científico-tecnológica para quê? Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (Belo Horizonte), v. 3, n. 2, p. 122-134, 2001.

BORGES, Raul Elton Araújo. “O BLOG DEVERIA SER COMPLEMENTO DAS TARVS”: DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES E A

EXPERIÊNCIA COM O HIV/AIDS. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Especial. Brasília, DF, Número Especial | dez. 2020.

FALKENBERG, Mirian Benites et al. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 847-852, 2014.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.

PINHEIRO, Nilcéia AM; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; BAZZO, Walter Antonio. O contexto científico-tecnológico e social acerca de uma abordagem crítico-reflexiva: perspectiva e enfoque. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 49, n. 1, p. 1-14, 2009.

ROSA, Suiane Ewerling; AULER, Décio. Não neutralidade da ciência-tecnologia: problematizando silenciamentos em práticas educativas CTS. *Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, v. 9, n. 2, p. 203-231, 2016.

SANTOS, Naila JS et al. Mulheres HIV positivas, reprodução e sexualidade. **Revista de Saúde Pública**, v. 36, p. 12-23, 2002.

SOUZA, Zildane; LEITE, Janete Luzia. Aids e envelhecimento: reflexões sobre a infecção pelo HIV em indivíduos acima dos 60 anos. <http://www.saude.rio.rj.gov.br/saude/pubsms/media/aidsenvelhecimento.doc>.